

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.519.360 - PR (2015/0048759-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MERCINA BISPO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ZAQUEU SUBTIL DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR023320
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, fundamentado nas alíneas **a** e **c**, do permissivo constitucional, interposto por MERCINA BISPO DE OLIVEIRA, na vigência do CPC/73, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE RURÍCOLA CUMULADA COM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE.

Necessidade de observância do princípio **tempus regit actum**, devendo os benefícios deferidos em momento pretérito ser regulados pela legislação vigente ao momento da concessão (art. 5º, XXXVI da CF), até pela inexistência de previsão legal expressa determinando a retroação" (fl. 121e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados, nestes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES. INOCORRÊNCIA.

1. A natureza reparadora dos embargos de declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade ou contradição, bem como nos casos de omissão do Juiz ou Tribunal. Não ocorrendo qualquer uma das hipóteses, descabe o manejo do recurso em apreço.
2. Se o acórdão decidiu contrariamente às pretensões da parte, não será na via dos embargos declaratórios que buscará reformar o decisor, pena de se lhes atribuir efeitos infringentes, hipótese só admitida excepcionalmente.
3. Embargos de declaração improvidos" (fl. 131e).

Sustenta a parte recorrente, além de conflito de jurisprudência, violação ao art. 4º da Lei 7.604/7. Argumenta, em síntese:

"Requeriu a autora junto ao órgão do réu, benefício de pensão pela

Superior Tribunal de Justiça

morte de seu esposo ORMINIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocorrida em 14 de junho de 1966, aos 66 anos de idade, conforme óbito que anexamos, bem como o assento civil de casamento, sendo que à época de seu falecimento, como inclusive consta de seu óbito, era lavrador.

Em ambas as instâncias judiciais o pedido foi improcedido, a última, no caso, o E. TRF4, em Porto Alegre, considerado como de última instância, o que suscita o direito de manejo do presente recurso extremo, na forma constitucional prevista no artigo 105, III, alíneas 'a' e 'c'.

É o que se pretende, a reforma do v. julgado 'a quo', por violação direta à Lei nº 7.604/1987, que não prevê qualquer exceção para o pensionamento de trabalhador cuja morte tenha ocorrido antes e na vigência da LC nº 11/1971, que é o caso em discussão, em que o óbito ocorrera no ano de 1966, como definido pelo v. acórdão paradigma desse C. Tribunal, no seguinte sentido, no REsp nº 21.486/SP:

(...)

Por sua vez, o v. acórdão recorrido decidiu fundamental e contrariamente que o benefício de pensão pela morte do marido da autora/recorrente, ocorrida em 1966, quando vigiam os Decretos nºs 83.078/1.979 e 89.312/1.984, não é devido, pelo fato de que ela percebe há anos, benefício de aposentadoria por invalidez, quando o v. acórdão paradigma, REsp nº 21.486/5P, entende justamente o contrário, de que é devido o pensionamento de trabalhadores rurais falecidos antes de 26 de maio de 1.971, data da LC 11/1.971, ofendendo assim o artigo 4º da Lei nº 7.604/1.987, sem qualquer imposição ou restrição, ou mesmo evidenciando qualquer vedação sobre a cumulação de benefícios, de pensão e invalidez, ou mesmo se fosse o caso, de aposentadoria por idade.

Ou seja, ofendeu também o princípio da isonomia de direitos, assegurada pelo E. STF, como adiante se verá, bem como violando literal dispositivo de Lei Federal, o artigo 4º, da Lei nº 7.604/1.987, já citada acima.

Reside aí o dissídio jurisprudencial, que suscita o direito ao recurso que ora se maneja, como adiante melhor se fundamentará, cingindo a questão apenas na aplicação da lei, e não de reapreciação de fatos e provas, o que esbarraria no óbice sumular nº 07, dessa própria Suprema Corte.

(...)

Veja que a v. decisão recorrida se confronta diametralmente com o que o E. STF decidiu a respeito, conforme transcrição a seguir:

Superior Tribunal de Justiça

(...)

Assim posto, um dos graves equívocos do v. acórdão recorrido, é entender que pelo fato da recorrente ser beneficiária de aposentadoria por invalidez rural, a impede de cumular com o benefício de pensionamento, o que contraria a Lei nº 7.604/87, que retroage este direito, inobstante ter ocorrido o evento morte antes do advento da Lei nº 8.213/91, quando vigia o Decreto 83.080/1979 e 89.312/1984.

(...)

Veja em. relator, que pela dicção do v. paradigma acima, não impõe ele qualquer restrição ao direito de pensionamento de trabalhador rural morto antes de 26 de maio de 1971, principalmente não faz qualquer referência ao Decreto nº 73.617/1974, sobre o fato de que após contraído novas núpcias, perderia o direito à pensão, do que se deduz que há séria e comprovada divergência jurisprudencial sobre análise de artigo de Lei Federal, no caso, o artigo 4º, da Lei 7.604/87, o que impõe, data vênua, a revisão do julgado proferido em última instância judicial.

Desta forma, evidencia-se do v. acórdão paradigma acima, que a v. decisão recorrida foi proferida em desacordo com o comando legal do artigo 4º, da Lei 7.604/87, e, principalmente do que entendeu esse C. Tribunal, sobre ser devida a pensão à viúva de trabalhador rural falecido antes de 26/05/1971, como é o seu caso, que ocorreu em 14/06/1966, a exemplo do que o E. STF entendeu sobre a isonomia de direitos:

(...)

Não há no bojo da Lei nº 7.604/1987, qualquer menção à proibição na cumulação de benefícios, como no caso da recorrente, de aposentadoria com pensão, e nesta senda, aplica-se a disposição contida na decisão emanada do E. STF acima transcrita.

Além do que, o falecimento do autor da pensão, SR ORMINIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, ocorreu em 14 de Junho de 1.966, o que se enquadra no v. acórdão paradigma acima transcrito, restando então claro, com a máxima vênua possível, a prova do dissídio jurisprudencial, e em um cotejo analítico do v. acórdão recorrido, que entendeu que a trabalhadora viúva de trabalhador rural falecido no ano de 1971, não tem direito ao benefício, quando contraído novas núpcias, por força do Dec. 73.617/1974, contrariando entendimento sufragado por esse C. Tribunal, conforme v. acórdão paradigma acima transcrito, de que é devido o benefício à viúva de trabalhador rural falecido, prevalecendo, no caso, os termos da Lei nº 7.604/87, e não do Decreto 73.617/1974, no caso de trabalhador rural, não

Superior Tribunal de Justiça

desaparecendo então da viúva, a sua dependência em relação ao falecido marido, mesmo contraindo novas núpcias.

Ora, o v. acórdão paradigma diz que é devida a pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 26 de maio de 1971, data da LC no 11/1971, quando o v. acórdão recorrido, contrariamente, decidiu que é indevida a pensão, quando a viúva percebe outro benefício, como no caso de aposentadoria por invalidez, dando interpretação extensiva ao texto da Lei, no caso, a de n. 7.604/1987, bem como divergindo frontalmente com o v. acórdão paradigma, o que suscitou a divergência jurisprudencial, que permite a interposição do presente recurso especial.

Da violação a artigo de Lei Federal, no caso, o artigo 4º, da Lei nº 7.604/1987, que regulamentou o direito da trabalhadora rural ao pensionamento do marido falecido antes de 1971, dispondo, apenas como exemplo, e não como paradigma, já que estou emanou desse C. Tribunal:

(...)

No caso, o óbito do marido da autora ocorreu em 13 de maio de 1971, portanto, anterior à data acima fixada de 26 de maio de 1971, enquadrando-se então no direito ao pensionamento, o que demonstra a contrariedade da decisão recorrida com os termos da lei, vendo várias decisões a respeito:

(...)

besta forma, preenche a recorrente, ao demonstrar, tanto a ofensa a artigo de Lei Federal, no caso, o artigo 4º da Lei nº 7.604/87, em que assegura a pensão à viúva de trabalhador rural falecido antes de 1971, preenchendo ainda os requisitos do artigo 255, do RISTJ, quanto à admissibilidade recursal" (fls. 137/147e).

Por fim, "requer o recebimento do RECURSO ESPECIAL interposto, para que se reforme a r. decisão recorrida, requerendo, para tanto, se digne Vossa Excelência, receber e mandar processar o presente recurso, segundo os tramites legais, e a final, dar-se pelo seu total PROVIMENTO, para que o v. acórdão proferido pelo em. Juiz Relator que acolheu os Embargos Infringentes opostos, seja integralmente modificado, julgando-se procedente a ação proposta e concedendo o benefício previdenciário de PENSÃO POR MORTE do marido da autora, ORMINIO RODRIGUES DE OLIVEIRA, que ocorreu em 14/06/1966" (fl. 148e).

Sem contrarrazões, o recurso foi admitido, na origem.

A irresignação não merece acolhimento.

O Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia dos autos, deixou

consignado, no que interessa:

"Em homenagem ao princípio *tempus regit actum*, segundo o qual a lei rege os fatos praticados durante a sua vigência, cumpre consignar que o presente caso deve ser analisado à luz dos Decretos n°s 83.080/79 e 89.312/84, haja vista que o óbito do de cujus ocorreu em 25/05/1966, momento no qual aqueles dois normativos vigiam e regulamentavam a matéria posta nos autos, por força da Lei 7.604/87, que fez retroagir os efeitos da LC 11/71, assegurando efeitos financeiros apenas a partir de 1°-04-1987.

Desde que a lei entra em vigor, até que cesse a sua vigência, está ela a regular todos os fatos abrangidos por suas disposições, de acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei n° 4.657, de 04-09-1942).

O artigo 67 do Decreto n° 83.080/79, antigo Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, tinha a seguinte redação:

A pensão por morte do trabalhador rural é devida aos seus dependentes, a contar da data do óbito, e consiste numa renda mensal de 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo do País, arredondada a fração de cruzeiro para a unidade imediatamente superior.

Todavia, o mesmo Decreto 83.080/79 previa, em seu artigo 333, II, que:

Art. 333. No caso do trabalhador rural, não é admitida a acumulação:

(...)

II - de pensão com aposentadoria por velhice ou por invalidez, ressalvado ao novo chefe ou arrimo da unidade familiar o direito de optar pela aposentadoria quando a ela fizer jus, sem prejuízo do disposto no § 1° do artigo 300.

No caso dos autos, a autora pretende a percepção de pensão pela morte do marido. Contudo, da análise dos autos, nota-se que recebe aposentadoria por invalidez devida ao trabalhador rural desde 01/05/1980 (fl. 20). Assim, tenho que improcede o seu pedido, já que vedada a cumulação de benefícios rurais, um de aposentadoria e outro de pensão por morte, anteriormente à edição da Lei n° 8.213/91" (fls. 118/119e).

Do exame do excerto, verifica-se que o Tribunal **a quo** concluiu que: "artigo 67 do Decreto n° 83.080/79, antigo Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, tinha a seguinte redação: (...) A pensão por morte do trabalhador rural é devida aos seus

Superior Tribunal de Justiça

dependentes, a contar da data do óbito, e consiste numa renda mensal de 50% (cinquenta por cento) do maior salário-mínimo do País, arredondada a fração de cruzeiro para a unidade imediatamente superior. (...) Todavia, o mesmo Decreto 83.080/79 previa, em seu artigo 333, II, que: (...) No caso dos autos, a autora pretende a percepção de pensão pela morte do marido. Contudo, da análise dos autos, nota-se que recebe aposentadoria por invalidez devida ao trabalhador rural desde 01/05/1980 (fl. 20). Assim, tenho que improcede o seu pedido, já que vedada a cumulação de benefícios rurais, um de aposentadoria e outro de pensão por morte, anteriormente à edição da Lei nº 8.213/91".

A parte recorrente, no entanto, no Recurso Especial, não cuidou de impugnar o acórdão quanto à afirmação acima demonstrada.

Registre-se que a parte, ao recorrer, deve buscar demonstrar o desacerto do **decisum** contra o qual se insurge, refutando todos os óbices por ele levantados, sob pena de vê-los mantidos.

Logo, sendo o fundamento suficiente para manter o julgado, fica inviabilizado o Recurso. A esse respeito, aplicável, por analogia, o enunciado da Súmula 283/STF, que assim dispõe:

"É INADMISSÍVEL O RECURSO EXTRAORDINÁRIO, QUANDO A DECISÃO RECORRIDA ASSENTA EM MAIS DE UM FUNDAMENTO SUFICIENTE E O RECURSO NÃO ABRANGE TODOS ELES".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora